

DOAÇÃO DE ÓRGÃOS

ANDRÉ CERQUEIRA¹, ELIZANDRA ROSA², FRANCIELE LUZ³; TATIANA FONSECA⁴; KÁTIA GOMES⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – andreoliveira-29@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – elizandravelledadarosa@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – franzinhah_pel@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – tatiana.tdf@hotmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – gomeskat@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a doação de órgãos ainda se apresenta como uma ação permeada de dúvidas e incertezas (CARVALHO,2015). Regulamentada pela Lei 9.434/1997, versando sobre a doação *in vita ou post mortem*, posteriormente alterada pela Lei 10.211/2001. A legislação orienta os procedimentos a serem adotados e determina a autorização dos pais ou parentes mais próximo como a única condição para que possa ser realizado o transplante. Ter esta informação grifada em um documento como o Registro Geral (RG) ou a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) perdeu a validade com a nova redação da lei. É essencial, portanto, para quem tem o desejo de se tornar doador, que sua vontade seja expressa em vida e declarada no âmbito familiar. Segundo a Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO), no período de 2010 a 2017, o indicador nacional de doadores por milhão de habitantes (por ano) passou de 9,9 para 16,7. A taxa de notificação de potenciais doadores aumentou 41% e a de efetivação da doação teve incremento de 21%. Ao mesmo tempo, o número de pessoas na fila de espera de transplantes caiu de 59 728 para 30 764. Mesmo diante desses dados, a ABTO aponta que o número de doadores ainda se apresenta insatisfatório, sendo 3.415 o número de doadores efetivos no ano de 2017 em todo o Brasil. Conforme a Aliança Brasileira pela Doação de Órgãos e Tecidos (2014), o sistema de saúde também se mostra insuficiente para atender as necessidades da população em sua plenitude. Diante desse fato, surge o questionamento: quais os fatores que influenciam a não doação de órgãos? Assim, o presente artigo tem como objetivo identificar os fatores que influenciam a não doação de órgãos.

2. METODOLOGIA

O presente estudo quanto a sua forma de abordagem caracteriza-se como qualitativo, quanto aos objetivos é exploratório descritivo. Segundo Silva e Menezes (2000), estudos como esse visam a melhor compreensão de um fato, o comportamento das pessoas, suas características e interpretações diante de um dado contexto. Quanto aos procedimentos técnicos no primeiro momento realizou-se uma pesquisa bibliográfica, em Teses, dissertações, artigos, livros de forma a construir a base teórica para dar suporte à análise dos dados. Trata-se de um estudo de caso, de acordo com Yin (2001) essa forma possibilita investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

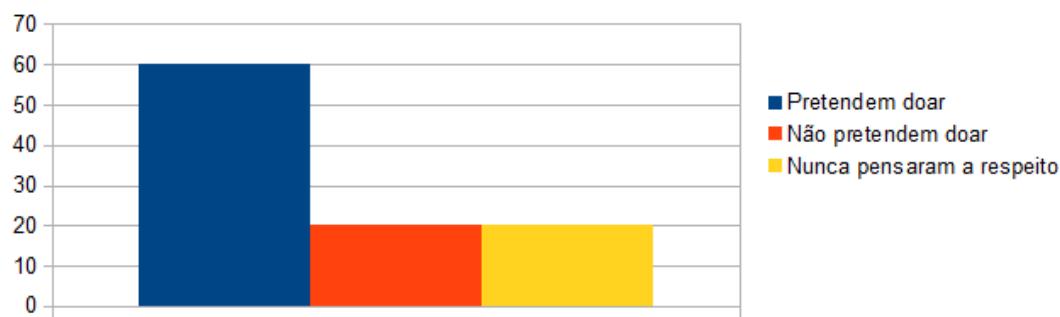
Para coletar os dados empíricos utilizou-se questionário, sendo o mesmo dividido em quatro partes: (1) coleta dos dados demográficos; (2) Intenção ou não de doação de órgãos; (3) conhecimento da legislação vigente e (4) conhecimento sobre a morte encefálica. Os questionários foram aplicados durante o mês de

julho (2018), na cidade de Pelotas/RS - Brasil. A população em estudo foi por escolha intencional e por conveniência dos pesquisadores devido à proximidade e disponibilidade das mesmas em participar da pesquisa. Um dos pesquisadores faz estágio na faculdade de Medicina e os demais são acadêmicos do curso de Gestão Pública da UFPel, o que facilitou a aplicação dos questionários. Foram aplicados 40 questionários e todos foram respondidos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em se tratando do perfil dos respondentes, os dados revelam que a faixa etária encontra-se entre 18 e 30 anos, representando 60%. Em minoria aqueles acima de 45 anos. Quanto à profissão, 16 são estudantes, representando 40%, 25% auxiliares administrativos, 15% médicos, 10% auxiliares de enfermagem e 10% servidores públicos. Em se tratando da disposição dos entrevistados para doar seus órgãos “inter vivos” e “post mortem”, os dados apontaram que, em sua maioria, 24 dos entrevistados pretendem doar seus órgãos, representando 60%, os outros 8 não pretendem doar e um percentual menor em torno de 20% nunca pensaram, conforme descrito no Figura 1:

Figura 1: Nível de disposição dos entrevistados para doar seus órgãos



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A Figura 2 apresenta as informações em relação ao questionamento sobre o principal motivo do entrevistado em não tornar-se um doador. Os dados apontam que, 24 o que representa 60% da amostra não confiam plenamente nos médicos ao fazerem o diagnóstico, em um percentual menor 16 assinalaram não saber dizer o motivo. Há muitos estudos que citam que a religião é considerada como sendo um dos principais motivos de recusa da doação de órgãos e tecidos para transplantes e também uma das causas da resistência dos familiares, mas a nossa pesquisa não corroborou essas opiniões. Os entrevistados titularam a não confiança nos médicos ao fazerem o diagnóstico da morte encefálica como sendo um dos principais motivos para a recusa e resistência das famílias.

Figura 2: Motivo pelo qual as pessoas não pretendem doar seus órgãos



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

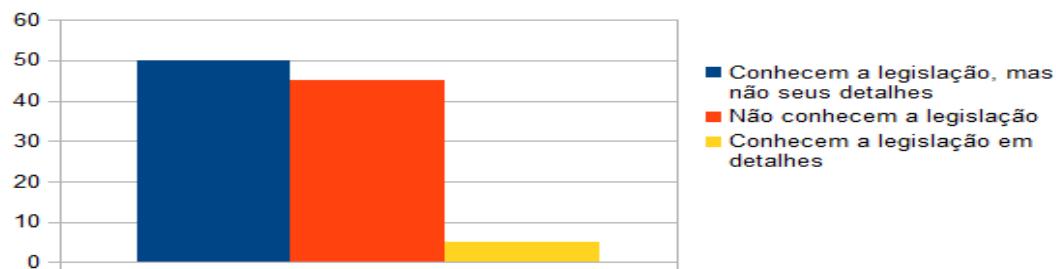
Entretanto, a recusa na doação de órgãos em caso de morte encefálica está diretamente ligada à falta de informação. Segundo os princípios da bioética, indivíduos mal informados sobre o tema em questão não são capazes de decidir

conscientemente se desejam realizar a doação dos órgãos de seu ente falecido. As informações veiculadas pelos meios de comunicação de massa não tem sido suficientes nem eficientes para modificar tal panorama. Ao contrário, reforçam o imaginário popular repleto de mitos, crendices e desinformações sobre a doação no Brasil. Confirmado o que é evidenciado por Carvalho (2015) a doação de órgãos ainda se apresenta como uma ação permeada de dúvidas e incertezas.

De acordo com os respondentes 85% pretendem doar seus órgãos, e já informaram a família, sendo esse um dos passos principais para se tornar um doador, para os familiares poderem autorizar a doação por escrito após a morte, mas poucas são registradas como doadores de órgãos. Em minoria 15% pretende doar, mas ainda não informou a família.

Chamou-nos atenção o fato de que 34 dos entrevistados declararam ser estudantes ou trabalharem na área da saúde, e mesmo assim não mostraram conhecimento em detalhes sobre a legislação vigente no Brasil que regula a retirada e a doação de órgãos, apresentados na Figura 3.

Figura 3: Nível de conhecimento dos entrevistados que estudam ou trabalham na área da saúde



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Observou-se também que há conhecimento pela maior parte dos entrevistados quanto ao responsável legal pela permissão da doação de órgãos e sobre o conceito de morte encefálica. Sobre a permissão da doação de órgãos, 34 dos entrevistados responderam corretamente, que só quem pode permitir a doação são os familiares, mas muitas pessoas responderam incorretamente, que se o paciente tivesse a sua vontade expressa em qualquer documento poderia ser autorizada a doação, sendo que isso perdeu a validade com a nova redação da lei.

Figura 4: Nível de conhecimento dos entrevistados quanto ao responsável legal pela permissão da doação de órgãos



Fonte: dados da pesquisa, 2018

Por fim, uma grande parte dos entrevistados acha que a falta de conhecimento influencia, e muito, a não doação de órgãos. Sendo este outro motivo para a recusa e a resistência das famílias, descoberto neste estudo. Fato que se confirma em Fernandes (2017) ao ressaltar que a desinformação ainda é algo que influencia diretamente na doação de órgãos. Os resultados encontrados no presente estudo forneceram pontos importantes para a sua concretização, como por exemplo: i) As causas da resistência dos familiares; ii) O grau de conhecimento dos envolvidos no processo de doação de órgãos e; iii) O nível de disposição da comunidade para doar seus órgãos “inter vivos” e “post mortem”.

4. CONCLUSÕES

O presente trabalho de pesquisa nos permitiu concluir que, existe disposição de grande parte dos entrevistados para doar seus órgãos “inter vivos” e “post mortem”. Entretanto, este número de pessoas poderia ser maior, se houvesse espaços de esclarecimento e discussão sérios e realistas dentro da comunidade. Portanto, todos falam que a sociedade precisa de uma maior conscientização sobre o assunto, mas durante a análise dos dados, observamos que as pessoas que trabalham na área da saúde são as que mais se privam e que possuem uma menor vontade de doar seus órgãos, tornando-se assim um detalhe que nunca pensamos em encontrar em nossa pesquisa, algo novo. Contudo, compreendemos também as dificuldades no processo de doação de órgãos, que seriam: i) A falta de informações precisas; ii) A precariedade do sistema de saúde pública; iii) Os problemas nos serviços de emergências; iv) A má distribuição das equipes que realizam transplantes pelo Brasil; v) A má profissionalização do sistema de captação de órgãos; vi) Os problemas para diagnosticar a morte encefálica; vii) A falta de uma política adequada de investimento na saúde e; viii) A falta de motivação das equipes para que elas sejam capacitadas adequadamente. Um dos principais pontos do presente estudo era também descobrir as principais causas da resistência dos familiares, que indicaram ser: i) A falta de confiança no diagnóstico de morte encefálica; ii) A esperança na recuperação do paciente/doador e; iii) A falta da informação da vontade de doar órgãos expressa pelo potencial doador em vida aos seus familiares. Além disso, concluímos que os envolvidos no processo de doação de órgãos possuem um grau de conhecimento elevado, mas as pessoas poderiam ter ainda mais informações se houvesse mais conscientização da sociedade como um todo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADOTE. <<http://www.adote.org.br/>>. Acesso em: 18 de julho de 2018

BELAFONTE, Cindhi. 90% das possíveis doações de órgãos não são notificadas para Central. <<http://www.correiouberlandia.com.br/cidade-e-regiao/90-das-possiveis-doacoes-de-orgaos-nao-sao-notificadas-para-central/>>. Acesso em: 23 de julho de 2018

CARVALHO, Eduardo. Cresce doação de órgãos no Brasil, mas rejeição de famílias ainda é alta. <<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2015/02/cresce-doacao-de-orgaos-no-brasil-mas-rejeicao-de-familias-ainda-e-alta.html>>. Acesso em: 16 de julho de 2018

FERNANDES, Dinalva. Brasil aumenta em 15% a doação de órgãos, mas falta de informação é empecilho para salvar mais vidas. <<https://noticias.r7.com/saude/brasil-aumenta-em-15-a-doacao-de-orgaos-mas-falta-de-informacao-e-empecilho-para-salvar-mais-vidas-22092017>>. Acesso em: 19 de julho de 2018

GALVÃO, Elizabeth. Morte encefálica e a doação de órgãos. <<http://saudeexperts.com.br/morte-encefalica-e-a-doacao-de-orgaos/>>. Acesso em 19 de julho de 2018

PORTAL ECOD. Esclareça dúvidas sobre doação de órgãos. <http://www.ecodesenvolvimento.org/noticias/doacao-de-orgaos-tire-suas-duvidas/popup_impressao>. Acesso em: 15 de julho de 2018